



Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas
Recebido em 07/12/2011 às 9h14
Valéria / Mat. 46957

MPV 552

EMENDA Nº -
(à MPV nº 552, de 2011)

00106

Inclua-se, na MPV nº 552, de 2011, onde couber, artigo com a seguinte redação:

“Art. O art. 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art. 1º

.....
XIX – demais produtos relacionados no capítulo 4 e nos códigos 1702.1100, 1702.1900, 1901.1010, 1901.1020, 1901.1090, 1901.9020, 3501.1000, 3501.9011, 3501.9019 e 3501.9020, todos da NCM.

.....
§ 4º Nos casos previstos nos incisos XI, XII, XIII e XIX do *caput*, a redução prevista neste artigo somente se aplica sobre os produtos originados de matéria-prima nacional.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A redução da carga tributária operada pela Lei nº 10.925, de 2004, possibilitou ao setor agropecuário reduzir custos e enfrentar as sucessivas crises internacionais, tornando os produtos brasileiros mais competitivos.

No caso da agroindústria de laticínios, possibilitou o crescimento do setor, com aumento na aquisição de leite do produtor nacional. Pela primeira vez na história, o Brasil exportou produtos lácteos.

Por essas razões, é imperioso para a expansão do setor e para enfrentamento dos preços internacionais, principalmente de produtos oriundos da Europa, a redução a zero, proposta por esta emenda, da alíquota de PIS/COFINS incidente sobre todos os produtos lácteos que sejam produzidos com matéria-prima nacional.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO BAUER

Mesmo para os casos em que somos importadores (caseína e proteína de soro, por exemplo), a medida é incentivadora da implantação de indústrias e do aumento da produção nacional.

A possível redução de receitas com a medida é compensada com a tributação dos produtos importados, bem como com o aumento da produção e consumo interno.

A medida tem alcance social, uma vez que, ao privilegiar a produção nacional, possibilita maior renda à agricultura familiar e à manutenção da atividade por parte da população rural.

Sala da Comissão,


Senador PAULO BAUER - RSDB

04/12/2011

